



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social,

Políticas de Assistência Social

**OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE BELO
HORIZONTE NO MUNICÍPIO DE ANAJÁS/ MARAJÓ/PA.**

MERIZE DE JESUS DA SILVA AMERICO¹

MARIA ELISANE DE SOUZA SILVA²

JACKELINE DE DE ARAÚJO MORAES³

PATRICIA FERREIRA GONSALVES⁴

RESUMO

Este trabalho é fruto de conclusão de curso na Faculdade de Serviço Social da UFPA no arquipélago marajoara e trata sobre os serviços de proteção social básica da assistência social e os programas de transferência de renda. É um estudo feito na comunidade Belo Horizonte no município de Anajás no Marajó. Surgiu com o objetivo de compreender como são efetivados esses serviços e se efetivamente chegam à população, tanto na zona rural como nas ribeirinhas.

Palavras-chave: Assistência social; Comunidade Ribeirinha; Serviços de Proteção Básica; Programas de Transferência de Renda.

ABSTRACT

This work is the result of a course completion at the Faculty of Social Work of UFPA in the Marajoara archipelago and deals with the basic social protection services of social assistance and income transfer programs. It is a study carried out in the Belo Horizonte community, in the municipality of Anajás, in Marajó. It was created with the objective of understanding how these services are carried out and if they effectively reach the population, both in rural areas and in riverside areas.

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

Keywords: social assistance; riverside community; basic protection services; cash transfer programs.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso na Faculdade de Serviço Social da UFPA no arquipélago marajoara e tem como objetivo relatar sobre um estudo feito sobre o acesso aos serviços de proteção social básica da assistência social e os programas de transferência de renda feito pela população da comunidade Belo Horizonte no município de Anajás/Pa.

Anajás é um município que fica localizado ao centro do Arquipélago Marajoara, onde mais de 60% da população reside na parte rural do município. Por isso, escolhemos como lócus de pesquisa a comunidade ribeirinha Belo Horizonte, localizada no rio Guajará. Fizemos uma pesquisa para conhecer a realidade das famílias que habitam em territórios da Amazônia Marajoara, muitas vezes, localidades distantes dos centros urbanos com dificuldades de acessar os serviços e programas ofertados pela política de assistência social. Com isso foi possível fazer uma leitura da realidade de muitas famílias que procuravam a instituição para acessar alguns serviços voltados para proteção social básica e projetos da instituição destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social que, por muitas vezes, a viabilidade do acesso foi impedida pelas condicionalidades dos programas, como a participação exclusivamente na unidade do CRAS, uma vez que, os interessados dos serviços, precisam se deslocar da parte rural até a única unidade do CRAS no município.

A ausência de CRAS volante também reforça esse distanciamento das famílias ribeirinhas dos serviços voltados para a proteção social. Nessa perspectiva é de suma importância estarmos atentos ao fato do papel do CRAS ter centralidade na oferta dos serviços de proteção social básica, pois, ele é a principal via de efetivação, tendo como serviço primordial o Serviço de proteção e Atendimento Integral à família – PAIF que só é ofertado unicamente pelo CRAS e destinado às famílias que necessitam da política de Assistência social para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.

Assim, o CRAS busca o acompanhamento com as famílias para o fortalecimento de vínculo, trabalha com as potencialidades e função protetiva das famílias, bem como a autonomia e emancipação por meio de ações ou atendimentos da unidade. A política de assistência social assume um papel importante para a efetivação dos serviços de proteção social básica em

comunidades ribeirinhas como estratégia de diminuição da desigualdade social. Conhecer as potencialidades e vulnerabilidades presentes no território das famílias ribeirinhas é uma necessidade da política de assistência social, pensar território como leitura de realidade em contexto individual e familiar é fundamental para garantir a efetivação dos serviços.

Por isso, pesquisar a realidade que se apresenta foi uma forma de tornar visível os sujeitos da política, dar voz e vez para as suas demandas e ouvir os seus desafios. Nesse sentido, analisamos o perfil das famílias entrevistadas, para compreendermos os impactos dos programas de transferência de renda e os principais serviços que estas famílias têm acesso, quando as têm.

Diante disso, trazer as reflexões desses desafios, que de um lado fala da universalidade da política, da necessidade de atuar a partir da realidade dos territórios e da realidade que se apresenta, que muitas vezes se dá pela ausência dos serviços em territórios ocupados por povos tradicionais que partilham dos desafios para o acesso dos serviços de proteção social básica em seus próprios territórios.

É uma discussão sobre direitos sociais, que também é garantido na Constituição Federal de 1988: a política de assistência social, mais especificamente, a política de proteção social, que hoje se manifesta de forma importante na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. A pesquisa em questão foi de caráter exploratório, pois buscou-se a aproximação com a realidade das famílias ribeirinhas do município de Anajás frente ao acesso dos serviços de proteção social básica da assistência social. Isso porque existem poucas informações que falem da realidade dessas famílias do município. Por isso, a necessidade de buscar informações para o tema em questão, ou seja, a intenção principal foi desvelar algumas situações. Dessa forma, seguimos com a abordagem de cunho qualitativo, à medida que possibilitou abarcar as especificidades dos objetivos da pesquisa e facilitou na compreensão da subjetividade dos sujeitos e os múltiplos aspectos da realidade.

Para compreender melhor sobre a realidade dessas famílias e a agudização das expressões da questão social que os ribeirinhos enfrentam, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, pesquisa de campo, entrevistas com os moradores da comunidade supracitada, pesquisa documental, artigos científicos e trabalhos sobre o município com bases em produções dos próprios munícipes. Observa-se a manutenção de estruturas econômicas e políticas, que por um lado privilegiam agentes capitalistas regional/local e do outro lado tem-se o detrimento das populações ribeirinhas em decorrência dessa relação auferida pela história. Mas também nesse cenário temos a luta das famílias, da comunidade pela preservação de identidade, modos de vidas

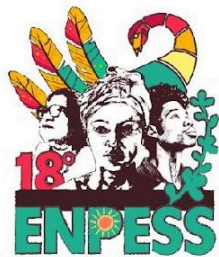
e autonomia econômica e social, mesmo que de maneira singela, vemos as tentativas de resistência de um povo que clama por melhores condições de vida.

É importante destacar que a política de assistência social não é a solução para todas as demandas, ela é um instrumento que pode ser utilizado para chegar às famílias, conhecer a realidade destas e propor intervenções que contribuem para a melhoria de vidas de muitas pessoas. Ressalta-se que mesmo a política de Assistência Social não chegue como deveria, há impactos importantes dos sujeitos da política que se beneficiam dos programas de transferência de renda, até mesmo na escolarização, conseguindo muitas vezes alcançar um grau de escolaridade maior, observadas nas falas dos próprios entrevistados. Foi a partir desses questionamentos que o trabalho foi construído e sendo desvelado a realidade local das famílias da comunidade Belo Horizonte no município de Anajás/Pa.

Em síntese o trabalho retrata a realidade das famílias que residem nas zonas rurais do município de Anajás/Pa, tomando por estudo a comunidade Belo Horizonte. Por isso, apresentou-se as dificuldades que essas famílias enfrentam para ter acessos aos serviços de proteção social básica, além de mostrar o desafio que as unidades enfrentam em meio ao cenário político, econômico e social para efetivar estes serviços e programas. Com isso, é necessário problematizar e questionar a responsabilidade do dever para a efetivação dessas políticas, sabe-se que o Estado tem o papel central na efetivação destas políticas e deve ter apoio dos estados e municípios para garantir a qualidade e eficiência dos serviços para viabilizar políticas públicas para a população que reside às margens dos rios, muitas vezes invisibilizadas, o que acaba por perpetuar ainda mais as desigualdades sociais presente na sociedade.

2 PERFIS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS SOBRE OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Foram entrevistadas 8 pessoas que representam 8 das 63 famílias que fazem parte da comunidade Belo Horizonte, que se deslocaram de suas residências da zona rural para vir até a zona urbana, onde é possível sacar seus repasses governamentais adquiridos através dos programas de transferência de renda.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Gênero	Cor	Escolaridade	Número de integrantes familiares
Rio Mocoões	23 anos	Masculino	Preto	Graduado	8
Rio Anajás	25 anos	Feminino	Pardo	Ensino médio Completo	3
Rio Aramã	31 anos	Feminino	Pardo	Graduado	4
Rio Guajará	33 anos	Feminino	Preto	Graduado	6
Rio Curumú	24 anos	Feminino	Preto	Ensino Médio Completo	4
Rio Buiuçu	18 anos	Feminino	Pardo	Ensino Médio Completo	2
Rio Francês	29 anos	Feminino	Pardo	Graduado	8
Rio Zinco	69 anos	Masculino	Moreno	Alfabetizado	3

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Como o quadro mostra, a maior parte das pessoas entrevistadas foram mulheres com idade entre 18 a 33 anos, 06 mulheres ao todo, onde 03 possuem grau de escolaridade de nível médio completo e 03 possuem grau de escolaridade de nível superior completo. Os outros entrevistados foram homens, um de 23 anos, que possui nível superior completo e um aposentado rural de 69 anos. Todos encontravam-se inscritos no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) que consiste em um instrumento de identificação de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, realizado pelo governo federal e operacionalizado pelos municípios.

É importante destacar que as mulheres assumem um protagonismo nos programas de transferência de renda, já que, segundo o *site* de informações do governo federal (2023) “[...] são 17, 2 milhões do total de 21, 1 milhões de famílias beneficiárias neste mês”, dado referente ao mês de março. Dessa forma, é um número significativo de mulheres, que obviamente, apesar do valor baixo recebido, segundo Silva et al. (p. 2024) permitiu ampliar os caminhos de autonomia para elas, frente ao patriarcado.

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA COMUNIDADE BELO HORIZONTE: EXPERIÊNCIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL YULLIS JORDAN



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre o centro de referência da assistência social do município de Anajás, o CRAS Yullis Jordan, sabemos que atualmente é o único do município e não está situado em uma zona com maior vulnerabilidade, conforme é recomendado nas orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009, p. 13). Porém, na época em que ele foi fundado ficava em uma zona territorial de vulnerabilidade. O papel do CRAS volta-se para um trabalho preventivo, seja de forma individual ou com as famílias.

Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009, p. 9).

Outro ponto a destacar é que não existe CRAS – volante ou equipe volante no município, os profissionais, esporadicamente, são deslocados para visitas e atendimento de urgência nas zonas rurais. Contudo, esses deslocamentos se dão em vista de convites por equipes profissionais de outras áreas, como saúde, educação e conselho do tutelar para ir até as zonas rurais participar de algumas ações para fortalecer o trabalho em rede, mas essas ações se dão pouquíssimas vezes durante o ano, ou mesmo, há ano que não é realizado nenhum tipo de ação em conjunto.

Diante da imensidão do território e da quantidade de comunidades que se encontram dispersas, a existência de uma equipe volante no município potencializa oferta de serviços da proteção social básica às famílias que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade social. Muitas famílias ribeirinhas estão inseridas em algum programa social, como os de transferência, mas poucos estão tendo acesso aos serviços de proteção básica de assistência social de incumbência do CRAS. (RELATÓRIO TÉCNICO MUNICÍPIO DE ANAJÁS, 2021, p. 46).

Embora a afirmação volte-se para um fato importante, o da necessidade de equipe volante no município, o mesmo relatório traz algumas informações que não condiz com a realidade, como a de que “também é disponibilizado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e uma equipe Volante, referenciada ao CRAS para atendimento às famílias que estão localizadas em regiões ribeirinhas”. (Idem, 2021, p. 36).

O CRAS Yullis Jordan cumpre, de forma parcial, aos requisitos da efetivação dos serviços de proteção social básica, onde todos os projetos, programas e ações que chegam à população anajaense estão em consonância com os princípios e diretrizes da política de Assistência Social, embora o público-alvo seja as famílias que residem na parte urbana. Mas, não se pode esconder a fragilidade no quesito territorialidade, como supracitado, a maior parte da população encontra-se na zona rural e isso, torna-se um desafio para a atuação profissional no que se refere a efetivar os serviços de proteção social básica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre o acesso aos serviços de proteção social básica da assistência social, os entrevistados foram questionados sobre a seguinte pergunta: você sabe o que é o CRAS e os serviços por ele ofertados?

A maioria das pessoas entrevistadas disseram não saber sobre o CRAS. Seis responderam que não sabem. Três dessas seis pessoas não conseguiram responder sobre o que pensam como podemos observar:

“Não sei, não sei pra que ele serve”. Rio Cururu (2023);
“Olha, eu não sei nem onde fica”. Rio Anajás (2023);
“Não, nem sei pra onde é que fica”. Rio Zinco (2023).

Apesar de não saberem o que é o CRAS, nem onde ele está localizado, todos sabem que existe a unidade no município. Três dos entrevistados responderam que não sabiam do que se tratava na unidade, ainda tentaram responder o que imaginavam que seria. Assim, tivemos as seguintes respostas:

“Não, é mais ou menos pra pesar as famílias do bolsa família”. Rio Buiuçú (2023);
“Não sei, eu fui uma vez pra tirar meu comprovante de residência pra abrir uma conta, acho que ele serve pra dar assistência para pessoas, assistência aos carentes”. Rio Aramã (2023);
“Não sei, mas eu sei onde fica, é para peso das crianças do bolsa, tipo para tirar declaração de moradia quando a pessoa não tem papel de terra”. Rio Francês (2023).

Embora os entrevistados tenham afirmado que não sabem qual o papel do CRAS e dos serviços que ele ofertam, se arriscaram em responder que ele é responsável pela pesagem dos integrantes do programa Bolsa Família. Quanto aos dois outros entrevistados obtivemos as seguintes afirmações:

“Eu tenho uma ideia, mas não sei se está certo. O CRAS é uma assistência que se dá para pessoas com deficiência, crianças, atendimento às crianças, famílias carentes, atendimento as pessoas especiais. Mais ou menos isso”. Rio Guajará (2023);

“Mais ou menos, tipo pra pessoas carentes, mas se eu tivesse passando por uma situação difícil, tipo financeira ou social, eu ia procurar à associação” Rio Mocoões (2023).

Essas foram as respostas das pessoas que tinham uma ideia do que seria o papel do CRAS e as ofertas dos serviços. Essa pergunta foi mais difícil para os entrevistados, principalmente para aqueles que não faziam ideia do que fosse a unidade, mesmo os deixando pensar sobre a pergunta. Por isso, no espaço de tempo em que eles pensavam, tentamos instigá-los um pouco mais, perguntamos se alguma vez foram ao centro de referência, porém a maioria respondeu que nunca foram e desconhecem até o lugar que fica localizado o CRAS.

Observa-se o isolamento dessas famílias, assim como a própria desproteção social descritas a partir das problemáticas por elas vivenciadas e relatadas durante as entrevistas. Por isso, considerando a desinformação dos entrevistados em relação ao papel do CRAS e o objetivo

de seus serviços, no final de cada entrevista, as pessoas foram orientadas sobre o papel do centro de referência de assistência social no município e quais serviços que deveriam ser ofertados por ele como, por exemplo, PAIF e SCFV, os quais eram o público alvo desses serviços.

2.2 DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

No que diz respeito aos programas de transferência de renda, hoje o mais conhecido é o Bolsa Família. Porém, após 18 anos de existência, em dezembro de 2021 foi substituído pelo Auxílio Brasil. Segundo o *site* de informações do ministério do desenvolvimento social do governo federal (2023) “em fevereiro de 2023 o programa de transferência de renda do Governo Federal chegou a 21,8 milhões de famílias, a partir de um investimento de R\$ 13 bilhões”. É importante pontuar que a sua intenção desde sua implementação era o de complementar a renda das pessoas mais pobres e assegurar que essas pudessem ter acesso a um valor mensal que não precisasse de uma contribuição prévia.

O Cadastro Único é um pré-requisito para acessar os programas, com atualizações de informações sobre as famílias. Os programas de transferência de renda passaram por mudanças ao longo dos anos e dos governos, “No primeiro ano do Governo Lula foi intuída a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que unifica os programas de transferência de renda do Governo Federal, através do Cadastro Único e o Programa Bolsa Família (Félix, 2021, p. 41). Para Yazbek e Giovanni (2007), o objetivo dos programas de transferência de renda estaria vinculado a minimizar a pobreza e a desigualdade social em que as famílias em extrema pobreza se encontram, além de garantir autonomia para estes indivíduos.

Dentre os programas de transferência de renda existentes, tem-se: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Auxílio-Gás, Programa Cartão Alimentação (PCA) e Programa Bolsa Família (PBF).

Esses programas têm a finalidade de “Combater a fome; reduzir a mortalidade infantil; erradicar o trabalho infantil degradante e proteger o trabalhador adolescente e assegurar os serviços de proteção a população mais vulnerável à exclusão social”. (BRASIL, 2008, p.13). Ambos os programas têm conseguido redução da extrema pobreza e desigualdades sociais. Entre os programas acessados pelos entrevistados está o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O programa Auxílio Emergencial, criado sob Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020, que segundo o *site* de informações do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS,

surge “[...] com o objetivo de assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19)”, onde muitas famílias da qual entrevistamos tiveram acesso ao período em que ele esteve em vigência.

Porém, essas famílias devem, necessariamente, atender às condicionalidades que o programa exige. A respeito dessas condições, destaca-se o lado positivo, o de que permite o acesso às outras políticas como, por exemplo, saúde e educação. Sobre as condicionalidades do Programa de Transferência de renda Bolsa Família a partir das pesquisas realizadas até fevereiro de 2023 temos as seguintes informações:

Tabela 2 - Tabela sobre condicionalidades do Programa Bolsa Família

CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

SAÚDE	Acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento para as mães que amamentam.
EDUCAÇÃO	Frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil.

Fonte: tabela realizada pelas pesquisadoras a partir das informações de controle do programa Bolsa Família, 2007.

As informações acima coletadas dizem respeito às condicionalidades estabelecidas pelo programa nos anos anteriores ao Governo de Jair Bolsonaro, onde esse em seu mandato substituiu o Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil estabelecendo novos valores.

Porém, mesmo com a estratégia de viabilizar direitos sociais, o acesso a essas políticas acaba por não chegar até às famílias e elas acabam sofrendo com essas problemáticas conforme podemos constatar na nossa pesquisa:

O principal problema é em questão a saúde, é que não temos um posto de saúde (...). Durante esse tempo para trás não tínhamos ACS, aí, agora de um ano pra cá, já temos! E aí, essa foi uma melhoria que ajuda bastante...E também em relação a educação, temos melhorado, mas não estamos no nível que queríamos estar. Acredito que não seja só lá, mas a educação de forma geral, está bem difícil. Principalmente pelo fato de que todo ano,

estão querendo tirar a escola da comunidade, ficamos em uma situação complicada. Por conta da distância ainda ocorrem bastante desistências, as vezes não tem uma alimentação, não tem aquele apoio, aí chega na escola, não tem a merenda também, às vezes, aí já isso tudo já vai desmotivando... A distância é um fator que poderia fazer com que as crianças desistissem da escola, juntamente com a questão da merenda e um local adequado para estudar (RIO MOCOÕES, 23 anos, 2023).

A fala do entrevistado reflete um dos problemas vividos atualmente pelas famílias da comunidade em questão. E não é o único, mesmo com as condicionalidades dos programas e a tentativa de garantir pelo menos o mínimo necessário, existe a fragilidade da não efetivação das políticas públicas em vários âmbitos.

É importante destacar que, durante as entrevistas com as famílias ribeirinhas, elas sempre se referiam ao Auxílio Brasil como Bolsa Família, compreenderam que essa questão de troca de nomenclatura era para adaptação política do governo. E mais, reconhecem o aumento do valor recebido, mas enfatizam para o fato de que não houve muitas mudanças no poder de compra dos alimentos da cesta básica, também pontuaram para o aumento do fardo da farinha de mandioca, um dos principais alimentos das famílias ribeirinhas que aumentou muito durante o período de pandemia.

Esse governo do Bolsonaro, pra mim, piorou as coisas, o dinheiro congelou e só subiu as mercadorias, aí ele prometeu que ia pagar, disque 800 reais, nunca pagou e as coisas só subindo, aí ficou mais difícil. Durante a gente fazer uma compra, cansei de fazer compra aqui, com 600 reais, 500 né, levava até mais mercadorias que eu levo agora, levava bem dinheiro e agora não sobra quase nada, tá tudo caro, aí o resto a gente gasta no óleo da viagem né, pro óleo da viagem a gente gasta duzentos e poucos reais. (Rio Zinco, 69 anos, 2023).

Além do mais, o preço do combustível durante o ano de 2022 também afetou muito as famílias, pois o principal meio de locomoção exige combustível para deslocamento, o que tornou o gasto maior para vir até a parte urbana. Esse cenário eles atribuíram ao governo da época e o período pandêmico acentuou as expressões da questão social em que os brasileiros se encontravam. Para Félix;

A Pandemia acelerou o processo de crise do capital, com a diminuição da circulação de mercadorias, o aumento do desemprego e a destruição de postos de trabalho, a miséria, a fome e nas políticas sociais o desmonte do orçamento da Seguridade Social. Isso, refletiu na classe trabalhadora, condições de barbárie, do outro lado pelo fascismo brasileiro ovacionado pela elite dominante, que distribui notícias falsas (*fake News*) para justificar o crescimento dos monopólios na mesma proporção da crescente miséria social. (FÉLIX, 2021, p. 118).

Para o autor, é preciso lembrar das tentativas de desmonte da seguridade social no período de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, promovidos pelos não repasses de fundo para sustentar as ações da política.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Também perguntamos aos entrevistados sobre a importância dos programas de transferência de renda para suas vidas e se, de alguma forma, isso contribuiu para a melhoria de vida deles e também de seus familiares. A respeito dessa indagação obtivemos as seguintes respostas:

Foi bastante relevante a ajuda desse Benefício, até pra questão da alimentação, né...porque não era só pra educação, também contava pra alimentação. Já era um meio de se manter o aluno ali na escola. hoje já temos profissionais lá do local, trabalhando na própria escola da comunidade (...) talvez esse seja o diferencial, porque hoje, já não tem mais tantos profissionais de fora, como antigamente, né!? Hoje já são formados, várias pessoas da região que atuam lá mesmo, no local (...) tiveram várias situações de pessoas lá, com a ajuda desse auxílio conseguiram uma vida melhor, um trabalho melhor. (Rio Mocoões, 23 anos.).

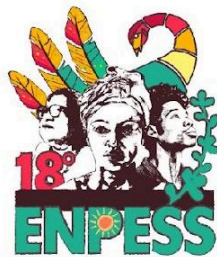
De suma importância, pois contribuiu muito pra minha educação e educação dos meus irmãos. Os meus primeiros irmãos conseguiram estudar até a quarta série, e já os últimos... tenho quatro irmãos formados, sendo eu uma. (...) Tive que ingressar em uma faculdade particular, viajava para outro município, uma vez por mês eu tinha que ir fazer as provas e as vezes eu fazia duas viagens no mês, mas a maioria das vezes era uma (...) me ajudou muito na questão financeira. (Rio Aramã, 31 anos).

Por meio das narrativas, foi possível identificar a forma Como os programas de transferência de renda têm sido responsáveis por uma mudança na realidade das pessoas. “O Bolsa Família é visto como um artifício para os pais estimularem a ida e o desempenho dos filhos à escola, dado que a frequência é um condicionante para seu recebimento” (RELATÓRIO TÉCNICO MUNICÍPIO DE ANAJÁS, 2021, p.32). Pois, o incentivo ao acesso à educação tem conseguido fazer com que pessoas da própria comunidade busquem uma formação a nível superior e através do valor recebido pelos programas de transferência de renda financiar os custos dessas formações, já que todos os entrevistados de nível superior se formaram por meio de universidade privada.

2.3 TRABALHOS, BENEFÍCIOS NÃO PROGRAMADOS E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Para melhor compreensão da realidade das famílias entrevistadas, fizemos um mapeamento sobre os principais benefícios não programados, que são aqueles que decorrem da impossibilidade temporária, ou mesmo, permanente do indivíduo a não exercer suas atividades laborais, e os programas de transferência de renda que já tiveram ou estão tendo acesso. Foi possível constatar, a maioria das famílias já tiveram acesso à pelo menos um destes, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 - Mapeamento dos principais benefícios e programas de transferência de renda das famílias entrevistadas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entrevistad o	Auxílio Brasil	Auxílio Emergenci al	Bolsa Família	Benefício de Prestação Continuad a	Auxílio Doença	Salário Maternida de
Rio Mocoões	Atualmente não, mas já receberam	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam
Rio Anajás	Sim, atualmente recebe e é beneficiário	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já Receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam
Rio Aramã	Sim, atualmente recebe e é beneficiário	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam
Rio Guajará	Sim, atualmente recebe e é beneficiário	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Atualment e não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam
Rio Cururu	Sim, atualmente recebe e é beneficiário	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam
Rio Buiuçú	Sim, atualmente recebe e é beneficiário	Não, nunca receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam
Rio Francês	Sim, atualmente recebem, mas não é beneficiário	Atualmente não, mas já receberam	Atualment e não, mas já receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Atualment e não, mas já receberam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Rio Zinco	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Não, nunca receberam	Sim, mas não sou o beneficiário	Não, nunca recebera m	Não, nunca receberam
-----------	-------------------------	-------------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------------------------	----------------------------

Fonte: dados da pesquisa de campo

Um entrevistado relatou que um membro de sua família recebe aposentadoria rural, já outro entrevistado disse receber pensão por morte, que são benefícios destinados mediante a contribuição para a previdência. Dessa forma, vimos que todas as famílias possuem uma fonte de renda (vinda programas e benefícios do governo federal) além do trabalho.

A extração do açaí é uma atividade que não agride tanto a natureza, pois, para a coleta é necessário esperar o tempo do amadurecimento do fruto, o qual é colhido e vendido para atravessadores de fora, o inverno³⁸ é o tempo em que acontecem as principais safras.

Quando não tem patauá, eles vão tirar açaí pro centro, né, na parte do verão é o palmito, né. Chega no período de inverno é o açaí, o açaí é o melhor que tem, é o mais fácil, não tem muito trabalho e ganha mais dinheiro., trabalho leve, tira só o fruto e o corte palmito vai acabar com a árvore, né? Os atravessadores tiram 2 reais de cada rasa, já vem descontado do pastor, como se aquele açaizal dele, por exemplo, se sair mil rasa 1 real é dele, por exemplo, são 3 reais que estão ganhando, ele ganha 1 real de cada rasa, e as geleiras não vem buscar menos que mil, tem geleira que aguenta 1.500 2.000 rasas, aí é muito, porque tem muita geleira. (Rio Buiúçú, 24 anos, 2023).

Esses atravessadores, segundo os moradores, são geralmente de fora, advindos principalmente dos municípios de Belém, capital do Pará, Ponta de Pedras e de Macapá, capital do estado do Amapá. Além disso, foi relatado que o retorno financeiro do açaí possibilita a compra de bens para as famílias. O cultivo do Fruto necessita que haja uma preparação, ou seja, um manejo do açaizal, preservando as áreas e roçando ao entorno delas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa, buscou-se pontuar as principais questões a respeito da efetivação da política de proteção social básica em comunidades ribeirinhas, tendo in loco a comunidade ribeirinha Belo Horizonte do rio Guajará, no município de Anajás- Marajó/PA. O intuito é trazer essa temática para conhecer e fazer uma análise crítica-reflexiva, sobre os caminhos pelos quais a política de assistência social percorre para chegar às comunidades ribeirinhas, ou a ausência desta para as comunidades ribeirinhas, enfatizando a importância que esta política e os seus serviços representam para as famílias que vivem às margens dos rios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

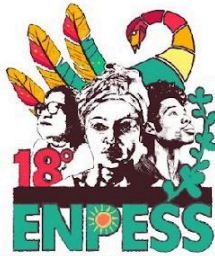
Nessa perspectiva, entre os principais questionamentos está o desafio em efetivar a política de assistência social, considerando o território dessas famílias, a distância em que estas precisam percorrer para acessar algum serviço e mostrar o desafio de efetivá-los nas áreas em que estas famílias residem, pois, existe apenas um CRAS no município e é extremamente desafiador efetivar a política para uma população estimada em 30 mil habitantes, com um dos piores Índices de desenvolvimento do Brasil, sem o suporte de pelos menos um CRAS volante para o município.

Outro ponto a destacar está relacionado às atividades de trabalho ligadas à extração do açaí, onde eles relatam que pagam uma taxa sobre cada raza de açaí coletada. Os próprios apanhadores da fruta entendem que essa cobrança é indevida, colocando em discussão que eles são donos das terras onde são apanhados os frutos, são eles próprios quem fazem a coleta, então não seria justo pagar qualquer tipo de arrendamento na medida que as pessoas que cobram não são donos das terras e não são apanhadores/coletores de onde é realizado a extração do açaí. Além disso, questionados sobre a possibilidade de denunciar esses acontecimentos, os moradores temem sofrerem algum tipo de retaliação.

O modelo capitalista estabelecido na nossa sociedade é a principal causa dessas explorações, ele visa apenas a exploração e lucro para poucos, não se interessa em respeitar e preservar as regiões e tudo o que nela existe. Além disso, esta região é desenhada não como uma região de indústria e sim como um modelo de exploração voltado para os recursos naturais. Então, esse capitalismo está muito atrelado ao paternalismo, a filantropia, justamente porque a política de proteção social básica acaba por não chegar a todas as famílias. Ao passo que isto foi fomentado por um cenário político de extrema-direita, com propostas políticas excludentes, tendo como consequência essa política de morte que é a Necropolítica.

Nesse sentido, parafraseamos Américo (2021) quando diz em sua tese de doutorado: *O arquipélago marajoara é exuberantemente lindo. Possui belezas impressionantes aos olhos de qualquer um. Existem, no entanto, outras determinações, outras conjunturas que, lamentavelmente, configuram uma profunda desigualdade social.*

Assim, vale ressaltar que essa famigerada relação social, fruto desse sistema injusto que exacerba o poder, que enterra a solidariedade e o respeito social, é produtora de um egoísmo que não se importa com o verde da floresta, com o perfume das flores, dos campos, com a beleza dos rios, com o marulhar dos igarapés, com as possibilidades de entrada dos furos, com o cantar da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brisa do mar, com a limpidez das águas, onde a vida tenha condições de se reproduzir em liberdade, justiça social.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. **Ministério da cidadania.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mais-de-5-2-milhoes-e-familias-sao-contempladas-pelo-auxilio-brasil-no-sudeste-em-julho> Acesso em 31 de agosto de 2022.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: SupremoTribunalFederal, secretariadocumentação. Atualizada comeuaCE n. 105/2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 13.982 de 2020. Auxílio emergencial.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> acesso em: 21 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> acesso em: 21 de janeiro de 2023.

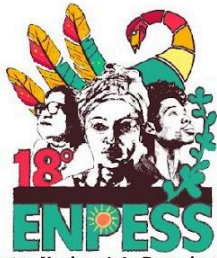
_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas).** Brasília, 2005.

_____. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/abra-ce-o-marajo>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

FELIX, Ourípson Dalvan Lopes. **Amazônia Marajoara: os impactos no contexto da pandemia do sars-cov-2 na Operacionalização do Sistema Único De Assistência Social/SUAS no município de Breves.** Belém – Pará. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

RELATÓRIO TÉCNICO MUNICÍPIO DE ANAJÁS | PA. **Diagnóstico das condições de educação, saúde e violência na Ilha de Marajó e suas interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.** Execução: Herkenhoff & Prates. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA et al. **O paradoxo do programa bolsa família na vida das mulheres beneficiárias: autonomia ou subjugação?** ST 4 - Gênero, Políticas Públicas e Divisão Sexual do Trabalho. 2024.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.